



REVISTA CENTRAL DE SOCIOLOGÍA

17

ISSN 0718-4379 versión impresa
ISSN 2735-7058 versión en línea

Matías González Torrealba

Aproximación al modelo de sociedades anónimas deportivas chilenas. El caso de Blanco & Negro S.A.

Liber Benítez y Camilo Rua

Pequeños futbolistas para grandes ligas en el estudio del fútbol infantil uruguayo

Marco Bettine y Diego M. Gutierrez

La Copa Mundial de la FIFA: un análisis de Sudáfrica, Brasil y Rusia

Lorenzo Abbona Castagno

El papel del fútbol en la independencia de Argelia (1954-1962)

Felipe Tavares Paes Lopes

La actuación de colectivos activistas de hinchas en las calles y estadios de São Paulo

REVISTA CENTRAL DE SOCIOLOGÍA

Director Revista Central de Sociología

Dr. Nicolás Gómez Nuñez

Editor Revista Central de Sociología

Mag. Rodrigo Larraín Contador

Comité Editorial Revista Central de Sociología

Dra. Beatriz Revuelta Rodríguez
Universidad Central de Chile

Dr. Diego Pereyra
Universidad de Buenos Aires

Dr. Darío Rodríguez Mansilla
Universidad Diego Portales

Dr. Fabio Engelmann,
Universidade Federal do Rio Grando do Sul

Dra. Nélide Cervone
Universidad de Buenos Aires

Dr. Domingo Garcia-Garza
CESSP Centro Europeo de Sociología y
Ciencias Políticas

Dr. Luis Gajardo Ibáñez
Universidad Central de Chile

Dr. Emilio Torres Rojas
Universidad Central de Chile

Consejo de Evaluadores

Dra. Svenska Arensburg Castelli
Universidad de Chile

Dr. Marcelo Martínez Keim
Universidad de Santiago de Chile

Dr. Luis Campos Medina
Universidad de Chile

Dr. Odín Ávila Rojas
Universidad del Cauca

Mg. Edison Otero Bello
Universidad Central de Chile

Dr. Fabien Le Bonniec
Universidad Católica de Temuco

Dr. (c) Sebastián Moller Zamorano
Universidad Católica De Lovaina

Dr. Salvador Millaleo Hernández
Universidad de Chile

Dr. Manuel Gárate Chateau
Universidad Diego Portales

Dr. Juan Carlos Oyadel
Universidad Nacional Andrés Bello

Dra. Jeanne Hersant
Universidad Nacional Andrés Bello

Dr. (c) Javier Ugarte Reyes
FLACSO-Argentina

Dr. (c) Mag. Daniel Palacios Muñoz
Universidad Alberto Hurtado

Revista Central de Sociología. Nº17 - diciembre 2023

ISSN 0718-4379 versión impresa; ISSN 2735-7058 versión en línea.

Edita: Sociología de la Facultad de Educación y Ciencias Sociales. Universidad Central de Chile

Correspondencia: Lord Cochrane # 414, Torre A 2° Piso / Santiago - Chile

Teléfono (56) 2-5826513 / Fax (56) 2-582 6508 / E-Mail: nicolas.gomez@ucentral.cl

www.centraledesociologia.cl

Diseño: Patricio Castillo Romero

SUMARIO

5 Presentación

Artículos científicos dossier Fútbol, Poder y Superligas

8 Aproximación al modelo de sociedades anónimas deportivas chilenas. El caso de Blanco & Negro S.A.

Approach to the model of Chilean's sport corporations. The case "Blanco & Negro S.A."

Matías González Torrealba

33 Pequeños futbolistas para grandes ligas en el estudio del fútbol infantil uruguayo

Little football players for big leagues in the study of Uruguayan children's football

Liber Benítez y Camilo Rua

57 La Copa Mundial de la FIFA: un análisis de Sudáfrica, Brasil y Rusia

The FIFA World Cup: An analysis of South Africa, Brazil and Russia

Marco Bettine y Diego M. Gutierrez

75 El papel del fútbol en la independencia de Argelia (1954-1962)

The role of football in the independence of Algeria (1954-1962)

Lorenzo Abbona Castagno

93 La actuación de colectivos activistas de hinchas en las calles y estadios de São Paulo

The performance of football fan activist collectives in the streets and stadiums of São Paulo

Felipe Tavares Paes Lopes

Reseña

113 El Chile de hoy y del mañana: Una mirada interdisciplinaria a los desafíos del país en el siglo XXI. Germán Sanhueza, Guido Asencio y René Fernández.

Por Diego Durán Toledo

A atuação de coletivos ativistas de torcedores nas ruas e estádios de São Paulo

La actuación de colectivos activistas de hinchas en las calles y estadios de São Paulo

The performance of football fan activist collectives in the streets and stadiums of São Paulo

Fecha de recepción: 22 de marzo de 2023 / Fecha de aprobación: 18 noviembre de 2023

Felipe Tavares Paes Lopes¹

Resumen

Este artículo aborda tres colectivos activistas de hinchas de fútbol en la ciudad de São Paulo. Su objetivo es analizar la forma en que se apropian y resignifican sus dos principales arenas de acción fuera del mundo virtual: las calles y los estadios de fútbol. Para ello, se basa en observaciones realizadas en marchas, protestas callejeras y otras actividades llevadas a cabo por ellos durante los años 2021 y 2022. También se basa en entrevistas individuales y en grupo con miembros de estos colectivos. Entre otras cosas, se concluye que el activismo de los colectivos investigados constituye una forma de resistencia a una cotidianidad opresiva y representa una forma distinta de ocupar el espacio urbano.

Palabras clave: Deporte, activismo, política.

Abstract

This article addresses three football fan activist collectives in the city of São Paulo. Its aim is to analyse the way they appropriate and re-signify their two main arenas of action outside the virtual world: the streets and the football stadiums. To do so, it is based on observations made in marches, street protests and other activities carried out by them during the years 2021 and 2022. It also draws on individual and group interviews with members of these collectives. Among other things, it concludes that the activism of the researched collectives constitutes a form of resistance to an oppressive everyday life and represents a distinct way of occupying the urban space.

Keywords: Sports, activism, politics.

¹ Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (PPCC-UNISO). Sorocaba, Brasil. Correo electrónico: lopesftp@gmail.com

Introdução

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa mais ampla sobre os coletivos ativistas de torcedores (CATs) da cidade de São Paulo². Nela, a maior parte dos CATs surgiu a partir de meados da década de 2010, quando o país abrigava megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014, e, ao mesmo tempo, vivia forte turbulência política, vendo as ruas serem tomadas por protestos protagonizados tanto pela direita quanto pela esquerda, que apoiavam ou se contrapunham ao processo de *impeachment* da então presidenta da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), concretizado em agosto de 2016. Diferentemente da forma como são habitualmente abordados, esses coletivos não formam uma torcida propriamente dita. Suas atividades principais são de natureza “política”, como desenvolver ações voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social (distribuição de alimentos, doação de sangue etc.), criar projetos de conscientização política (oficinas, debates, exibição de filmes etc.) e, principalmente, organizar e participar de protestos e manifestações de rua.

Em geral, os CATs buscam oferecer respostas às diversas formas de intolerância e autoritarismo presentes no futebol e na sociedade brasileira em geral, contrapondo-se, explicitamente, ao racismo, ao sexismo, à homofobia, ao fascismo e ao neoliberalismo. Seu viés antineoliberal é expresso não somente nas críticas a pautas caras ao neoliberalismo, como as privatizações, mas, também, na sua luta contra o processo de hipermercantilização do espetáculo futebolístico. Processo objetivado, entre outros lugares, na transformação dos estádios em arenas multiusos, que resultou em uma mudança na experiência de torcer e na composição social do público frequentador desses espaços. Ao posicionarem-se contra essas mudanças, esses coletivos buscam dotar o espetáculo futebolístico de novos sentidos, sob a forma de outros usos, razões e necessidades, problematizando imaginários sociais e representações hegemônicas da forma de vivenciá-lo. Mais exatamente, procuram, ao mesmo tempo, transformar as estruturas sociais e políticas específicas do futebol e utilizar o futebol para alcançar transformações políticas e sociais mais amplas (Totten, 2015).

Neste artigo, abordo três CATs muito atuantes: o Coletivo Democracia Corinthiana (CDC), formado por torcedores do Corinthians, o Porcomunas (PC), formado por torcedores do Palmeiras, e o Bloco Tricolor Antifa (BTA), formado por torcedores do São Paulo. Ao abordá-los, tenho como objetivo analisar a forma como se apropriam e ressignificam as suas principais arenas de atuação fora do mundo virtual, a saber: as ruas e os estádios de futebol. A fim de desenvolver essa análise, cabe fazer uma (breve) contextualização dos coletivos pesquisados. O CDC foi formado, em 2016, por um grupo de corintianos, que gostavam de discutir política e futebol, e que se conheciam de diversos lugares. Antes de um ato contra o *impeachment* da Dilma, o grupo resolveu fazer uma vaquinha para confeccionar uma grande faixa, com a seguinte mensagem: “Democracia Corinthiana Contra o Golpe”. Tal faixa fez

2 Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio financeiro concedido, que permitiu a realização da pesquisa.

muito sucesso no ato e o grupo começou a consolidar a ideia de fundar um coletivo, que acabou sendo oficializado pouco tempo depois no Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, no centro de São Paulo.

Já o PC começou de forma dispersa, ganhando mais unidade e adesão a partir do momento em que seu fundador desenhou seu logotipo e começou a fazer camisetas do grupo. Importante notar que a imagem do PC está muito atrelada à figura desse fundador, que é um histórico militante de esquerda e sócio e conselheiro do Palmeiras, sendo conhecido pela torcida justamente por conta de seus esforços em prol da consolidação do coletivo. Daí em diante, o PC começou a crescer e fazer reuniões de modo mais permanente. Um evento marcante foi uma roda de conversa de palmeirenses realizada, em agosto de 2018, em uma livraria. Afinal, além de reunir lideranças do clube, celebridades e jornalistas, foi, naquele momento, que os integrantes do PC dividiram as tarefas do coletivo, definindo, por exemplo, quem seriam os responsáveis por cuidar de cada rede social digital do grupo.

Por sua vez, o BTA estreou oficialmente nas ruas no Ato Fora Bolsonaro do dia 03/07/2021 e organizou sua primeira reunião presencial cerca de um mês depois. Apesar de ter estreado apenas em 2021, ele é o produto de conversas que vinham sendo feitas desde meados de 2018, em um grupo de WhatsApp chamado “São Paulinos Contra a Extrema Direita”. Um momento marcante foi a chamada Primavera das Torcidas Antifascistas, antes mesmo da oficialização do coletivo, pois foi ali que alguns integrantes se conheceram presencialmente, após terem combinado de se encontrar em frente ao parque Trianon, na Avenida Paulista. Foi ali, também, que uma integrante foi xingada e ameaçada por extremistas de direita, que só não resultou em agressão física porque foi protegida por um dos integrantes do futuro coletivo. Esse episódio, provavelmente, acelerou a criação do BTA, pois sinalizou a urgência de fazer frente à extrema direita.

Marco conceitual

Este artigo participa do campo de estudos sobre ativismo torcedor no Brasil. Esse campo de estudos começou a se consolidar com o desenvolvimento das pesquisas sobre as torcidas organizadas de futebol – a partir, principalmente, da segunda metade da década de 1990 – e foi fortemente influenciado pela abordagem antropológica. Graças a essa influência, o torcedor deixou de ser tratado como um simples alienado, que não teria nada de relevante a dizer. Afinal, para tal abordagem, ainda que as lógicas da ação dos sujeitos de pesquisa não sejam perfeitamente transparentes a eles próprios, eles possuem muito a oferecer em termos de conhecimento sobre seus modos de vida, de sentir e de pensar. Não à toa, a Antropologia é, com frequência, definida como a ciência da alteridade, o que pressupõe uma experiência de descentramento radical do pesquisador. Afinal, desse ponto de vista, o antropólogo precisa, antes de tudo, deixar-se naturalizar pela sociedade que estuda. Converter-se

a uma outra mentalidade. Para, só então, adotar um olhar mais distanciado e buscar compreender as lógicas que escapam aos seus membros (Laplantine, 2005).

A busca por compreender o ponto de vista dos torcedores organizados é evidente já nos primeiros estudos antropológicos sobre o tema, que teceram importantes reflexões sobre os rituais, as identidades, as memórias, as relações com o espaço urbano e as redes de amizade/inimizade desses torcedores, além de analisarem seu envolvimento com a violência. Todavia, suas lutas políticas ganharam mais destaque com a publicação, em 2009, do livro “O clube como vontade e representação”, de Bernardo Borges Buarque de Hollanda. Afinal, ao debruçar-se sobre o processo de formação das torcidas organizadas cariocas, o historiador analisou, entre outros temas, suas greves, piquetes e boicotes pela redução do preço dos ingressos no início dos anos 1980. Análise que abriu caminho para novos trabalhos sobre o tema, que podem ser organizados em três categorias gerais: primeira, a que reúne os estudos que analisam as torcidas ou coletivos formados por mulheres e/ou por pessoas LGBTQIA+. Segunda, a que agrupa as pesquisas que buscam examinar as entidades representativas das torcidas organizadas, como a Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil (Anatorg). E terceira, a que engloba os estudos que examinam os novos movimentos e coletivos de torcedores de futebol, discutindo suas culturas e lutas políticas.

O presente trabalho insere-se nessa terceira categoria e busca contribuir para o desenvolvimento dos debates da área analisando a atuação dos coletivos ativistas de torcedores fora do mundo *online*, já que a maior parte dos estudos sobre eles focaliza suas estratégias ciberativistas. Do ponto de vista teórico, busca contribuir valorizando a dimensão cultural dessa atuação, focalizando os significados e os sentimentos que a acompanham (Jásper, 2016). Conforme já sugeri, interessa-me entender como os integrantes dos coletivos pesquisados organizam e interpretam suas práticas ativistas nas ruas e nos estádios de São Paulo. Práticas que, como qualquer outra, são expressões significativas, já sendo, de certo modo, interpretadas por seus próprios agentes. Nesse sentido, o domínio desta pesquisa constitui um campo pré-interpretado, e o que busco fazer aqui é reinterpretar esse domínio, ou seja, oferecer uma interpretação de uma interpretação (Thompson, 2000), que se fundamenta nos procedimentos descritos a seguir.

Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto, apoio-me em observações feitas em marchas, protestos de rua e outras atividades dos coletivos pesquisados durante os anos de 2021 e 2022. Em tais ocasiões, também tive a oportunidade de conversar com vários integrantes desses coletivos. Essas observações e conversas foram registradas, da forma mais detalhada possível, em um gravador. Registro que era feito assim que chegava em casa. Cabe destacar que fiquei sabendo da maioria desses eventos por meio do contato, via WhatsApp, com alguns dos integrantes dos coletivos

pesquisados. As idas a esses eventos trouxeram algumas preocupações para mim. Em primeiro lugar, porque elas foram realizadas durante a pandemia de Covid-19 e, evidentemente, sempre havia o perigo do contágio, principalmente nos atos que envolviam grandes aglomerações de pessoas. Em segundo lugar, porque a presença ostensiva da polícia (inclusive, da tropa de choque) criava uma atmosfera um tanto quanto belicosa e imprevisível.

Também me apoio em duas entrevistas em grupo (uma com integrantes do BTA e outra com integrantes do CDC) e duas entrevistas individuais (com fundadores do PC) – entendendo que uma entrevista é “[...] um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o principal meio de troca” (Gaskell, 2008: 73). Essas entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e, posteriormente, submetidas à análise. Antes do início de cada uma delas, pedi aos entrevistados que assinassem um termo de consentimento informado, explicitando o compromisso ético da pesquisa e garantido o anonimato. Dito isto, apresento agora os principais resultados obtidos por meio da análise dessas entrevistas e das observações feitas.

Resultados

A apresentação dos resultados foi organizada em duas seções. Na primeira, analiso como os coletivos pesquisados atuam nas ruas de São Paulo, organizando e participando de protestos, marchas e passeatas. Na segunda, volto minha atenção para sua atuação nos estádios de futebol e arredores.

Os coletivos nas ruas

As pessoas sempre encontraram maneiras de mostrar seu desagravo. Em regimes muito fechados, sob vigilância estrita, como os escravocratas, elas precisavam encontrar meios sutis de fazê-lo. Afinal, sabiam que a insubordinação poderia levá-las a sofrer os mais bárbaros castigos, que poderiam, até mesmo, levá-las à morte. Por exemplo, cuspir na comida do seu “senhor” talvez fosse uma das (poucas) possibilidades para um escravizado mostrar seu ódio e indignação com ele sem se arriscar demasiadamente. Fazer-se de ignorante ao receber uma ordem, roubar um objeto de valor ou, ainda, realizar uma tarefa malfeita, talvez, fossem outras. Essas formas (incipientes) de protesto, no entanto, dificilmente poderiam (e podem) oferecer algo mais do que alguma compensação ou ganho privado. Outras formas recorrentes de protesto são as fofocas, as piadas e os rumores que buscam solapar o poder do opressor. Estas, no entanto, necessitam de algum tipo de solidariedade. Além delas, há, ainda, aquelas ações mais arriscadas, que não apenas buscam provocar uma perda material significativa, mas, também, visam proporcionar um impacto público. Incendiar o celeiro da fazenda do seu “senhor” era, por exemplo, uma forma possível de um escravizado mostrar seu desagravo (Jasper, 2016).

A possibilidade de as pessoas mostrarem seu desagravo foi alterando-se ao longo da história – até que, no final do século XVIII, graças ao nascimento dos parlamentos

e da própria ideia de nação, desenvolveram-se os primeiros movimentos sociais (principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra). Além desses nascimentos, foi de grande importância o processo de urbanização, uma vez que as cidades facilitaram a aproximação das pessoas num ambiente de maior anonimato. É nesse momento, portanto, que a rua se converteu em uma arena de lutas central. Uma figura de relevo para essa conversão foi o jornalista e político inglês John Wilkes, que se contrapunha ao rei George III e ao seu primeiro ministro Lorde Bute. Com frequência, seus seguidores organizavam assembleias e organizavam passeatas para pressionar os ocupantes de cargos eletivos a garantir o direito de associação e reunião, assim como a liberdade de expressão. Em alguns momentos, também iam às ruas para empregar táticas mais agressivas, como parar carruagens e coagir seus passageiros a gritar “Wilkes e Liberdade” (Jasper, 2016).

Ao longo dos séculos, os protestos de rua foram se transformando: ataques diretos aos alvos de indignação foram sendo substituídos por esforços indiretos. Por exemplo, no século XVIII, os manifestantes costumavam derrubar ou queimar casas, cobrir seus alvos com alcatrão e penas ou tocar música estridente embaixo da janela de algum infrator. Já no século XIX, começaram a organizar marchas de modo muito mais frequente, proclamando *slogans* pelas ruas, entoando canções e pintando cartazes e faixas (Jasper, 2016). Com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa – especialmente a televisão – as imagens dos protestos começaram a, rapidamente, alcançar pessoas dispersas no espaço e no tempo. Em outras palavras, sua visibilidade passou a transcender – e muito – a partilha de um lugar comum. As lutas, então localizadas, transformaram-se, até certo ponto, em lutas globais. O que fez com que as mensagens visassem também a outros públicos além do ali fisicamente presente. Não à toa, com frequência, observamos cartazes em línguas estrangeiras, principalmente o inglês, em diversos protestos pelo mundo. Além disso, elas tornaram-se, cada vez mais, lutas pela visibilidade na mídia (Thompson, 1998). Esta passou a ser um objetivo. Com isso, os protestos passaram a ser moldados, em parte, pela lógica midiática. Afinal, precisavam (e seguem precisando) ser atraentes para os jornalistas.

As grandes corporações midiáticas, todavia, possuem seus próprios interesses e objetivos, que, muitas vezes, não coincidem com os dos movimentos sociais. Assim, podem simplesmente não noticiar um protesto. Ou, como parece ser mais frequente, dar a ele um enquadramento muito diferente daquele desejado pelos manifestantes. Ao invés de focalizar suas reivindicações, pode, por exemplo, noticiar apenas algum ato vandálico que, eventualmente, tenha acontecido. Ou, ainda, noticiar eventuais transtornos que causaram para a população, como o aumento do trânsito. Todavia, com o desenvolvimento da Internet e das redes sociais digitais, os manifestantes encontraram um “aliado” poderoso na divulgação de seus atos. Hoje em dia, com um simples celular, qualquer um pode fotografar ou filmar uma manifestação e postar suas imagens e vídeos nas referidas redes, divulgando-a, imediatamente, para todos seus seguidores. Assim, podemos afirmar que, para compreendermos a organização e produção de um protesto de rua, não podemos perder de vista que as ações no mundo *online* e as no mundo *offline* estão umbilicalmente relacionadas.

No caso dos protestos realizados pelos coletivos pesquisados, seus integrantes fazem convocações pelas redes sociais digitais, além de passarem parte considerável do tempo posando para fotos e vídeos. Interessante notar que, graças à junção futebol e política, sua presença nas ruas costuma chamar a atenção de outros manifestantes, que, não raro, fazem elogios a eles (inclusive, aqueles que dizem torcer para clubes rivais) e pedem para tirar fotos juntos a suas faixas. Sempre disponíveis, atenciosos e cordiais, os integrantes dos referidos coletivos nunca recusam os pedidos (ao menos, não observei nenhuma cena nesse sentido) e, inclusive, reforçam a importância da união das torcidas para a promoção de uma causa comum. Certa vez, observei uma mãe com seu filho de mais ou menos uns 10 anos de idade insistindo para que ele posasse para uma foto ao lado do BTC. Como era corintiano, mostrou, inicialmente, certa resistência. Esta foi rapidamente superada graças ao acolhimento dos integrantes do grupo e a um membro do CDC, que enfatizou a importância da causa e fez questão de também sair na foto, mostrando que diferentes identidades clubísticas podem conviver harmoniosamente.

Certamente, a rua constitui um importante espaço de (re)afirmação da identidade dos coletivos pesquisados – o que é de grande importância para sua manutenção, pois “[...] um motivo fundamental para a participação num movimento é o sentido de identificação com o grupo que ele afirma representar ou com o próprio movimento” (Jasper, 2016: 140). Tanto o CDC quanto o BTA e o PC nasceram de duas identidades preexistentes: uma política e outra clubística. Sendo assim, os integrantes desses coletivos não precisam criar novas identidades, mas unificar e reinterpretar as já existentes. E isso é feito nas ruas por meio da articulação do cenário com o figurino, para empregar uma metáfora teatral. Em relação ao cenário, a simples presença em um protesto já é suficiente para demarcar a identidade política dos coletivos. Se eles estão em uma manifestação da esquerda, por exemplo, é porque, obviamente, se situam desse lado do campo político. Em relação ao figurino, é preciso destacar que seus integrantes costumam vestir a camisa do seu clube (no caso do BTA) ou do próprio coletivo (no caso do CDC e do PC). Com isso, seus corpos configuram-se em um espaço de representação que estabelece a associação entre o clube e a política. Além deles, as faixas e bandeiras que levam para as manifestações possuem as cores dos seus clubes e, com frequência, possuem mensagens que remetem a ele, tal como “Democracia Corinthiana contra o Golpe”.

É importante destacar aqui a ocorrência daquilo que DaMatta (1997), baseado nas obras de Arnold Van Gennep e de Victor Turner, chama de deslocamento, que é a base de qualquer processo de simbolização. Como observa o antropólogo brasileiro, falamos em símbolos, mas, poucas vezes, especificamos as condições que transformam algo em um símbolo. Para ele, essa especificação é fundamental, pois, quando um elemento (um pedaço de papel, um arco e uma flecha, uma obra de arte etc.) passa de um domínio a outro, ele é ressignificado. Isso aconteceu, por exemplo, com a camiseta da seleção brasileira, que, no contexto das manifestações a favor do *impeachment* da Dilma, passou a simbolizar a direita, e não apoio aos nossos jogadores. Esse tipo de apropriação dos símbolos nacionais, na verdade, não é uma novidade. Por exemplo, ainda nos anos 1930, o movimento integralista incorporou

o verde e o amarelo nos seus uniformes, a fim de criar um elo imaginário entre o seu ideário político e a própria nação, como se ser brasileiro de fato pressupusesse ser integralista. Pressuposição que, por sua vez, buscava estabelecer uma polarização simbólica, nitidamente maniqueísta, entre um “nós-integralistas-patriotas de verdade” e um “eles-comunistas-inimigos da nação”.

Cientes dessa disputa social em torno da classificação dos símbolos nacionais, no contexto das manifestações de 2020 contra o governo Bolsonaro, grupos progressistas de torcedores de futebol, como o “Somos Democracia”, formado por corinthianos, buscaram “resgatar” o amarelo. Essa, no entanto, parece ter sido uma opção pontual. Afinal, em todas as manifestações em que estive presente, os coletivos pesquisados optaram por utilizar as cores de seus clubes. Não deixa de ser curioso, assim, que, se as cores e os trajes da seleção nacional foram apropriados pela direita, os dos clubes foram pela esquerda. Isso nos leva a um novo conjunto de questões, que extrapola os estreitos limites desta pesquisa, sobre o papel e o significado da seleção nacional e dos clubes de futebol hoje em dia. De qualquer modo, independente das respostas a essas questões, é possível afirmar que o futebol opera, em ambos os polos político-ideológicos, como um importante elemento de integração e identificação social.

Dito isto, vale sublinhar que, se as ruas contribuem para conferir novos significados a identidades pré-existentes, elas mesmas são ressignificadas pelos coletivos pesquisados. De forma muito criativa, seus integrantes utilizam alguns (poucos) recursos para transformá-las. Aqui, são ilustrativos os chamados “faixas”. Estes consistem em estender faixas em passarelas da cidade, com mensagens para que os motoristas que passam por debaixo delas buzinem em apoio ao protesto. Por exemplo, uma das faixas observadas dizia: “Se você é fora Bolsonaro, buzine”. Os “faixas” evidenciam que os recursos, assim como as arenas, não existem em si e por si, mas dependem da forma como são utilizados dentro de um contexto específico. Inicialmente, uma passarela é pensada para permitir a travessia de pedestres, não para dependurar bandeiras e faixas. Uma buzina de carro tampouco é fabricada para mostrar insatisfação com o presidente da República. A função dos objetos, portanto, vai depender da forma como ele se relaciona com outros objetos e com as próprias pessoas. Mas os objetos, como nos lembra Bruno Latour (2012), não são apenas agenciados, eles próprios possuem agência: autorizam, impedem, facilitam determinadas ações. Sem as faixas, não seria possível, por exemplo, convocar o engajamento dos motoristas. Da mesma forma, sem a buzina, os motoristas não poderiam se transformar em manifestantes. Em suma, os recursos interagem com a própria arena e com seus atores.

A ocupação das ruas é, em parte, influenciada pelas “janelas de oportunidade”, que se abrem e se fecham constantemente (Jasper, 2016). Datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, por exemplo, podem ser uma oportunidade para os coletivos pesquisados organizarem ou aderirem a manifestações relacionadas a elas. Da mesma forma, a manifestação de alguma declaração ou a adoção de alguma medida que os desagradem. Por exemplo, o pedido da concessionária Allegra Pacaembu à

Prefeitura de São Paulo para que o contrato de concessão do Complexo Esportivo do Pacaembu fosse estendido, para que ampliase o desconto na outorga fixa parcelada e para que incluísse a Praça Charles Miller no contrato serviu de estímulo para que eles promovessem uma manifestação contra a privatização do referido complexo. Nesse sentido, podemos dizer que suas ações são orientadas por um “senso de oportunidade”. É preciso reivindicar a coisa certa na hora certa e no local certo.

Mas isso, certamente, não é suficiente: também é preciso reivindicar da forma certa. Por isso, os integrantes dos coletivos pesquisados parecem desempenhar, com esmero, suas performances nas ruas. Aqui, novamente, a metáfora teatral é pertinente. Eles atuam, efetivamente, como se fossem atores, representando um personagem específico. Isso não significa, no entanto, que sejam cínicos. Afinal, creem em sua atuação, compenetrando-se com o seu número. Em outras palavras, eles efetivamente acreditam na impressão criada por sua atuação (Goffman, 2003). Há, aqui, uma relação orgânica entre ator e personagem. Não há, por um lado, o manifestante e, por outro, a pessoa por detrás do manifestante. A máscara e o rosto que ela cobre fundem-se de tal modo que não é mais possível separá-los.

Para desempenharem suas performances, os integrantes dos coletivos pesquisados possuem um roteiro (não escrito), incorporado ao longo de suas trajetórias como manifestantes, que os permitem agir da forma “correta” nos protestos sem, necessariamente, recorrerem ao cálculo consciente. Possuem uma espécie de *habitus* manifestante, portanto (Bourdieu, 2019). Em outras palavras, eles trazem no corpo disposições constituídas e acumuladas em situações análogas de protesto, que são acionadas no momento da manifestação. Evidentemente que também fazem avaliações conscientes de custo e benefício. No entanto, graças a um repertório incorporado de ações durável (mas não imutável), são capazes de se anteciparem a um grande número de situações e executarem “satisfatoriamente” suas performances.

Ademais, para essa execução, contam com uma “equipe”, ou seja, com outras pessoas, geralmente do mesmo coletivo (mas nem sempre), que cooperam na sua encenação (Goffman, 2003). Isso fica particularmente claro no momento de fotos e vídeos, quando todos contribuem para esticar corretamente as faixas e adotam uma expressão sóbria, quase sempre acompanhada do gesto de levantar um dos braços com o punho cerrado. Sem essa colaboração coletiva, dificilmente, conseguiriam construir uma imagem de seriedade. De nada (ou muito pouco) adiantaria se, por exemplo, metade do grupo posasse para fotos e vídeos com a língua de fora, fazendo caretas e segurando copos de cerveja, como se fossem adolescentes bêbados viajando sozinhos pela primeira vez.

Durante os protestos, no entanto, há muitos momentos de descontração, em que os integrantes dos coletivos pesquisados conversam sobre assuntos alheios às suas reivindicações (o futebol, como esperado, é um dos temas prediletos), contam piadas ou simplesmente curtem o momento. Por isso mesmo, o papel dos afetos não deve ser subestimado. Os ativistas saem às ruas, antes de tudo, por conta deles. Em parte, por amor à causa. Dificilmente um antifascista, por exemplo, se arriscaria numa

manifestação se não acreditasse, com paixão, na necessidade de enfrentar a extrema direita. Se não sentisse um ódio verdadeiro daquilo que ela representa e defende. Mas, em parte, também por conta dos seus sentimentos pelos outros integrantes de seu grupo, como admiração, respeito e amor. Como pude observar nos protestos e entrevistas, há uma relação de amizade entre vários dos integrantes dos coletivos pesquisados, que contribui para uni-los e reuni-los, servindo, portanto, de “cimento” para seus agrupamentos.

Em relação aos recursos empregados, as faixas e bandeiras possuem um lugar de destaque. A própria criação do CDC foi estimulada pelos comentários enojados pela faixa “Democracia Corinthiana contra o Golpe”, que chamou muita atenção dos manifestantes nos protestos de 2016 contra o *impeachment* da Dilma. As faixas e bandeiras possuem, no contexto estudado, várias funções: elas transmitem uma determinada mensagem, demarcam território (servindo, inclusive, de ponto de encontro), contribuem para a construção da identidade dos coletivos e conferem visibilidade a eles. Por exemplo, o CDC possui um enorme bandeirão branco com o desenho do Sócrates com um dos braços levantado e punho cerrado que, devido ao seu tamanho (e, talvez, também por conta da questão clubística), com certa frequência, aparece nas transmissões televisivas dos protestos.

Em relação às faixas e bandeiras do BTC, há uma que estampa a imagem de uma guerrilheira da resistência Curda, que combate o patriarcado e o Estado Islâmico, ao lado da seguinte mensagem: “Lugar de mulher é na arquibancada. Respeita as minas!”. Por um lado, o emprego do português (como nas outras bandeiras do coletivo) indica que suas mensagens escritas não são destinadas a um público estrangeiro – como ocorre, com certa frequência, nos movimentos globais de protesto, que convertem praças e outros espaços públicos em territórios multilinguísticos, criando uma interconexão entre eles (Rojo, 2016). Por outro lado, além de transmitir força, a imagem da referida guerrilheira estabelece uma cadeia intertextual em que as lutas de outros lugares, de certo modo, se fazem escutar e são amplificadas pelo BTC, o que contribui para inseri-lo, simbolicamente, em uma comunidade internacional de insurgentes.

Em relação às faixas e bandeiras do PC, há uma que imita uma camisa antiga do Palmeiras, dos anos 1990, e que, no lugar do patrocinador, leva a seguinte mensagem: “ditadura nunca mais”. Em uma leitura intertextual, podemos afirmar que essa mensagem é uma resposta à defesa, por parte da extrema direita, da volta do regime militar (1964-1985).

Outro aspecto a ser destacado é que os coletivos pesquisados utilizam as ruas como um espaço de enfrentamento simbólico, não físico. Isso se deve ao fato de tais coletivos apostarem na difusão do pensamento político de esquerda e na construção do poder popular nas comunidades como uma estratégia privilegiada para “vacinar” a população frente ao fascismo. Por um lado, essa aposta sugere que eles não compartilham a crença (liberal) de que as instituições governamentais e o debate público de ideias – estabelecido principalmente nos meios de comunicação – sejam suficientes para neutralizar a violência e as ideias fascistas (Bray, 2018). Por outro lado, ela indica

uma diferença tática importante em relação aos movimentos antifascistas convencionais – que, historicamente, têm promovido ações de enfrentamento “direto” com as organizações de extrema direita, que podem, eventualmente, envolver o uso da violência física. De acordo com Bray (2018), além de desenvolverem atividades solidárias (como campanhas de arrecadação de dinheiro), de inclusão (como campeonatos de futebol com refugiados) e de formação política (como vídeos, panfletos e grupos de leitura), os militantes antifascistas, em geral, buscam se infiltrar nas organizações de extrema direita para semear a discórdia, impedir fisicamente suas manifestações, abafar os discursos de suas lideranças e destruir suas pretensões de anonimato.

Aqui, vale ressaltar, ainda, que os coletivos pesquisados tampouco tomam as ruas como um espaço de disputa com coletivos de clubes rivais. Ao contrário, elas servem como um espaço de confraternização e construção de redes de solidariedade. Com frequência, seus integrantes compartilham o mesmo espaço, são fotografados juntos e apoiam-se mutuamente. Como nos disse um dos entrevistados, um dos incentivadores da criação do BTA foi o CDC, que sempre “cobrava” dos torcedores são-paulinos a formação de um CAT próprio. Além de andarem lado-a-lado nas manifestações, os coletivos em questão articulam ações conjuntas, como um festival de futebol em 2021 e o supramencionado protesto contra a privatização do Estádio do Pacaembu em 2022, que contou com a participação do BTA, do CDC e do PC – o que sugere que, ao menos no caso desses coletivos, a rivalidade clubística não se sobrepõe à identidade política.

Diante do exposto, é possível afirmar que, no contexto dos protestos estudados, a rua não constitui um espaço hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos. Ela, na verdade, é um lugar de calor e afeto, fazendo, nesse sentido, as vezes do lar, da casa. No entanto, ela segue sendo, paradoxalmente, o espaço dos imprevistos, dos acidentes, dos perigos. Nunca se sabe, por exemplo, se haverá repressão da polícia (ou da extrema direita) e sua intensidade. A categoria rua, conforme observa DaMatta (1997), exprime tanto um local particular quanto um domínio complexo, podendo ser segmentada em duas outras: a praça e o centro. Aqui, nos importa esta última categoria, pois os protestos realizados pelos coletivos pesquisados costumam ocorrer na região central, não nas periferias da cidade. Vários deles ocorreram, por exemplo, na Avenida Paulista, que já foi o principal centro financeiro de São Paulo e segue sendo uma zona comercial importante, onde transações impessoais são realizadas. Assim, ao realizarem protestos em locais como a referida avenida, tais coletivos ressignificam a própria cidade, convertendo espaços de intensa circulação (de pessoas, veículos e mercadorias) em espaços de expressão dos conflitos políticos e, também, de ocupação e permanência. O que importa, nesse contexto, não é aonde se quer chegar, mas simplesmente o próprio caminhar, o gozo do ato de ocupar e usufruir do espaço urbano. De utilizá-lo como um local de encontro. Um local onde é possível se relacionar e confraternizar com o outro. Se há uma circulação que importa aqui é a de afeto. De paixão. Essa humanização da cidade – por meio da ocupação e ressignificação de seus espaços de circulação, que deixam de ser espaços atomizados para se converterem em espaços de confraternização – constitui, em última instância,

um ato de resistência política, que coloca em xeque a ordem social capitalista. Afinal, ela contribui para romper hierarquias e assimetrias sociais.

DaMatta (1997) sustenta que o carnaval é a única festa sem um “dono” no Brasil. Sem entrar na discussão sobre o caráter idealizado e romantizado desse tipo de afirmação, chamo a atenção para aquilo que me parece importante no argumento do autor: o fato de ele compreender que tal festa não possui um ponto focal ou um alvo como elemento aglutinador, o que a diferenciaria de uma passeata. O carnaval pode até não ter esse ponto, mas isso não significa que ele não seja caracterizado por profundas assimetrias sociais – as conotações racistas, sexistas e classistas de diversas “marchinhas” são bastante sugestivas, assim como as famosas “cordas”, ainda hoje utilizadas por diversos blocos carnavalescos, que separam pobres e ricos nas ruas das cidades. Já no caso dos protestos estudados, esse ponto focal sempre existe (pode ser o Bolsonaro, o racismo, o neoliberalismo etc.), mas isso não significa que eles tenham exatamente um “dono”. Afinal, a estrutura da maioria desses protestos é descentralizada, sem o protagonismo de uma organização ou indivíduo em particular. Por exemplo, no único protesto organizado pelos coletivos pesquisados que havia um “palanque” – no caso, uma kombi com microfone e caixas de som – este era “aberto” a qualquer um. É claro que alguns, por razões diversas, se sentiam mais à vontade do que outros para “tomar a palavra”. Mas ninguém monopolizou tal espaço. Na verdade, o que observei foi uma intensa circulação de pessoas, onde todos eram incentivados a falar.

Essa descentralização rompe, com uma visão de senso comum (e reacionária), de que os manifestantes são marionetes dos partidos, sindicatos e movimentos sociais, que controlariam, nos mínimos detalhes, os rumos dos acontecimentos das passeatas e do movimento das massas. Há, inclusive, aquelas pessoas que, mesmo sem nunca terem colocado o pé num protesto, afirmam, de forma categórica, que os protestantes só estão lá porque foram pagos. Ironicamente, há também uma visão de senso comum que acredita ser o estádio do futebol um espaço de liberdade, onde se pode dizer qualquer coisa e onde todos são iguais. Essa visão é igualmente equivocada. Qualquer frequentador de arquibancada sabe que este é um espaço fortemente hierarquizado, cheio de regras, onde muitas coisas não podem ser ditas. Por exemplo, em algumas torcidas, gritar “gol” antes da hora é visto como um sacrilégio. Como uma intervenção (quase sobrenatural) no rumo da bola em direção ao gol. Não só muitas coisas não podem ser ditas, mas muitas coisas também não podem ser feitas. Por exemplo, não se pode pendurar uma faixa ou uma bandeira em qualquer lugar. Há espaços que são destinados às torcidas organizadas. E o tamanho e o local do espaço de cada associação varia segundo o lugar que ela ocupa dentro da estrutura de poder das torcidas. Essas hierarquias, evidentemente, suscitam, às vezes, tensões entre as próprias associações, assim como entre elas e demais agrupamentos de torcedores. Além disso, há a polícia, que busca controlar aquilo que pode e aquilo que não pode ser feito nas arquibancadas. Apesar dessas tensões e hierarquias, os estádios são, em alguns momentos, utilizados pelos coletivos pesquisados como um espaço de manifestação coletiva.

Os coletivos nos estádios

Ainda que os estádios de futebol tenham surgido somente com o próprio desenvolvimento do “esporte moderno”, desde a Antiguidade, já havia estruturas físicas relativamente similares às estruturas esportivas atuais. Em Roma, por exemplo, havia o Coliseu, uma monumental estrutura com capacidade para 50 mil pessoas, onde eram realizados, com regularidade, variados rituais públicos, que eram oferecidos pelos governantes às massas, com a finalidade não apenas de entretê-las, mas, também, de manifestar e exercer seu poder. Ali, ocorriam carnificinas e os rebeldes eram punidos de maneira brutal. Com a conformação do período medieval, as cidades foram esvaziadas, perdendo expressão política, econômica e demográfica, e essas estruturas entraram em decadência, passando a servir de depósito de entulhos e de moradia coletiva para pessoas pobres. Ademais, muitas delas foram dilapidadas para a construção de novas edificações, principalmente igrejas (Mascarenhas, 2014).

Com o Renascimento, os estudos sobre a anatomia humana começaram a se expandir com uma série de trabalhos de médicos e artistas, apesar das proibições da Igreja Católica quanto à dissecação de cadáveres, tidos por ela como algo pecaminoso e degradado e, ao mesmo tempo, uma criação divina (por isso, seu caráter sagrado). Com isso, instaurou-se uma nova fase de desenvolvimento da cultura física (Lopes, 2021). Já no contexto iluminista, a Educação Física encontrava-se plenamente inseridas nas *public schools* inglesas, que, no século XIX, serviriam de laboratório de invenção dos “esportes modernos” (incluindo o futebol). Esportes que logo ultrapassaram os muros escolares – conquistando amplos espaços abertos criados pelo urbanismo vitoriano – e que, rapidamente, se difundiram nas extensas malhas do imperialismo britânico (Mascarenhas, 2014).

Ao longo do século XX, com a popularização dos “esportes modernos”, os estádios expandiram-se continuamente em escala planetária. Primeiramente, esses esportes foram impulsionados pelo setor privado; o poder público foi apenas paulatinamente tomando a iniciativa de desenvolvê-los como política de bem-estar social. Iniciativa iniciada pelo movimento nazifascista, que utilizou o esporte para simbolizar o vigor nacionalista e a capacidade de realização de uma raça, como evidenciaram os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. Ainda que este evento tenha sido um marco desse processo, cabe destacar que, já na década de 1920, Mussolini havia disseminado pela Itália seus estádios *comunales*, “[...] símbolos do novo regime e da herança poderosa do velho império” (Mascarenhas, 2014, p. 163).

No Brasil, esse fenômeno também pôde ser observado. Inicialmente, nossos estádios eram estruturas de pequeno porte, localizadas em bairros nobres das cidades e, com frequência, adaptadas. Em São Paulo, por exemplo, as primeiras partidas de futebol foram realizadas no Velódromo, localizado no Bairro da Consolação, quando este ainda era ocupado por mansões. O processo de popularização do futebol, no entanto, acabou tornando essas estruturas anacrônicas. Processo que foi impulsionado por, entre outros fatores, a difusão das transmissões radiofônicas e a vinculação, principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), entre futebol e pátria. Talvez, o principal marco desse período tenha sido a construção do Estádio do Pacaembu, em

São Paulo, inaugurado em 1940. Naquele momento, o Brasil já contava com algumas (poucas) grandes estruturas futebolísticas, como o estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, inaugurada em 1927. No entanto, o Pacaembu foi o primeiro estádio estatal de futebol do país – no caso, erigido pela municipalidade paulistana. O Pacaembu, contudo, não se restringia ao futebol, mas possuía (e ainda possui) instalações para outras modalidades (piscina olímpica, pista de atletismo, ginásio poliesportivo, quadra de tênis etc.), constituindo-se em uma verdadeira praça esportiva. Sua arquitetura neoclássica e o objetivo declarado de servir como um espaço para a promoção de uma juventude saudável, vibrante e patriota, de “elevado índice eugênico”, nas palavras de Getúlio Vargas, são indicativas de como seu projeto estava imbuído pelo espírito fascista do período (Mascarenhas, 2014).

A rivalidade com São Paulo, o crescimento do afluxo de torcedores, a perspectiva do Brasil se alinhar às principais nações do mundo “civilizado” e a realização da Copa do Mundo de 1950, que envolveu uma intensa disputa com a Argentina, que naquele momento possuía estádios bem maiores do que os nossos, fizeram com que o Governo do Estado do Rio de Janeiro investisse na construção do Maracanã, que chegou a receber em torno de 200 mil pessoas na final do mundial. A despeito das críticas à sua construção, que alegavam que o dinheiro investido deveria ser direcionado à educação e à saúde, prevaleceu o discurso do poder regenerador do esporte, que remonta ao século XIX e que foi reanimado pelo nazifascismo. Discurso que possui um caráter contraditório, uma vez que a prática do esporte de alto-rendimento não é bem acolhida pela medicina como promotora de saúde, devido, entre outros fatores, ao esforço exigido e aos choques imprevisíveis. Ademais, um estádio estimula o consumo do esporte, e não a sua prática (Mascarenhas, 2014).

Durante o regime militar, no rastro da construção do Maracanã, diversos estádios de grande porte foram construídos pelo poder público ao redor do Brasil, a fim de consolidar a integração nacional via futebol. Naquele momento, havia um contexto favorável à construção de tais edificações, pois o êxodo rural persistia em direção às metrópoles, formando uma imensa massa urbana que pretendia se territorializar e compartilhar os rituais urbanos. São Paulo e Porto Alegre, no entanto, foram exceções nesse contexto de edificações estatais, uma vez que, anos antes, alguns de seus clubes mais populares ergueram seus próprios estádios, ainda que com alguma benesse do poder público (Mascarenhas, 2014). O Morumbi, por exemplo, foi inaugurado pelo São Paulo em 1960 e chegou a abrigar mais de 146 mil pessoas na segunda final do Campeonato Paulista de 1977 entre Corinthians e Ponte Preta.

Seguindo o que estava ocorrendo na Europa, no final dos anos 1990, o Atlético Paranaense transformou seu estádio em uma arena multiuso, inaugurando uma nova “anatomia política dos estádios” no nosso país. Paralelamente, o Maracanã e o Beira Rio perderam seu setor mais popular: a geral. No entanto, a construção de novas arenas multiusos e a adaptação de antigos estádios a esse novo modelo se intensificaram apenas com o anúncio da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil (Mascarenhas, 2014). Em São Paulo, o Corinthians construiu uma arena para aproximadamente 48 mil pessoas, que recebeu alguns jogos do referido evento, incluindo o de abertura. Por sua vez, seu arquirrival, o Palmeiras, reformou o Parque Antártica

convertendo-o em uma arena para cerca de 45 mil pessoas, renomeada de Allianz Arena.

As arenas multiusos costumam ser elogiadas pelos meios de comunicação pela sua “modernidade” e são projetadas para atender aos interesses do grande capital. Elas são limpas, (relativamente) seguras e todos (ou quase todos os seus setores) possuem uma excelente visão do campo de jogo (próxima e sem obstrução visual) e assentos individuais, que privam o torcedor de uma movimentação corporal coletiva mais intensa. Também possuem uma relação de “indiferença” com seu entorno, fechando-se para ele, por meio de perímetros de segurança, por exemplo. Além disso, seu desenho arquitetônico assemelha-se ao dos *shopping centers* e ao dos (pós)modernos museus turísticos, uma vez que é concebido para abrigar grandes áreas de compra e lazer, que costumam contar com lanchonetes, lojas de materiais esportivos, espaço infantil e até academias de ginástica. Os novos estádios também possuem dispositivos tecnológicos variados (gigantescos telões, por exemplo), que permitem que o torcedor experencie o espetáculo futebolístico de outro modo. Além disso, contam com diversas áreas exclusivas (e, portanto, excludentes), que possuem confortáveis poltronas, televisores de última geração e serviços privativos – no estádio do Corinthians, há até uma pequena piscina em um dos camarotes (Lopes; Hollanda, 2018). Não à toa, de acordo com Gilmar Mascarenhas (2014), o tradicional torcedor brasileiro, de modestos rendimentos e imbuído de engajamento emocional com seu clube, encontra-se em “impedimento”.

Esse contexto excludente é objeto de amplas críticas por parte dos coletivos pesquisados. Críticas que, no entanto, raramente desembocam em protestos coletivamente organizados dentro dos estádios. Ainda que estes últimos tenham relevância para os referidos coletivos, sendo, eventualmente, utilizados como espaços de manifestação política, eles não possuem o mesmo significado nem o mesmo papel social que possuem para as torcidas organizadas. Para estas, os estádios são um espaço privilegiado para a promoção de sua cultura torcedora e socialização de seus integrantes. Em alguns casos, como as principais organizadas dos grandes clubes de São Paulo, o Carnaval também é um espaço importante. Não apenas o desfile na avenida, mas, também, os ensaios, que ocorrem em suas quadras. Além dos ensaios, as quadras (ou as sedes) das torcidas organizadas abrigam atividades diversas, como reuniões, saídas e chegadas de jogos, festas, churrascos e eleições, que costumam reunir seus associados, especialmente os mais ativos (Lopes, 2019).

Os integrantes dos coletivos pesquisados, por sua vez, reúnem-se, em geral, em bares e restaurantes. Até o momento de produção deste artigo, apenas o PC tinha uma sede, que, na verdade, é a sala de estar da casa de um de seus membros. Além disso, esses integrantes nem sempre são frequentadores assíduos de estádio. E, mesmo quando são, costumam se misturar com a multidão, torcendo de forma “avulsa”, isto é, não demarcam seu território com faixas, bandeiras, vestimentas e performances próprias – o que não significa, de modo algum, que os estádios e arredores não constituam um importante espaço de socialização para eles, tanto que, muitas vezes, vão acompanhados de outros integrantes (recordemos que parte dos integrantes do CDC se conheceu nos arredores do Pacaembu). Essa torcida “avulsa”

deve-se, em primeiro lugar, ao fato de os coletivos pesquisados quererem se diferenciar das torcidas organizadas, afirmando-se como um coletivo e não como uma torcida. E, em segundo lugar, à repressão da polícia – que, segundo o que me foi dito nas entrevistas, impede a entrada e a exibição de materiais considerados “políticos”.

Apesar dessa repressão, os integrantes dos coletivos pesquisados já realizaram algumas ações dentro dos estádios, como um protesto do CDC contra o *impeachment* da Dilma e contra a Rede Globo nas arquibancadas da Arena Neo Química, do Corinthians. Essas ações são importantes pois, na visão deles, dão visibilidade a suas causas. Uma visibilidade que, graças ao televisionamento das partidas, pode ir muito além da partilha de um lugar comum, dissociando-se das limitações das interações face-a-face. A importância dessa visibilidade é destacada, por exemplo, por um integrante do PC em entrevista para Zaramella (2022, p. 156), diz ele: “as pessoas vão ver, a bandeira está lá, uma suástica sendo quebrada ao meio. Nem na Europa é comum, que tem mais essa cultura de ‘liberdade de expressão’ e política dentro do estádio.” Segundo o autor, o PC tem procurado se fazer presente (institucionalmente) nas arquibancadas palmeirenses tanto por meio de ações pontuais – realizadas normalmente em articulação com outros coletivos do clube – quanto por meio da confecção e exibição de faixas e bandeiras, a partir de uma aproximação com membros de organizadas.

Um dos principais exemplos são as bandeiras com os dizeres “Ame o Palmeiras, odeie o racismo”, atravessadas pelo símbolo de um punho esmagando uma suástica, e a bandeira “Palmeiras de todas as cores”, que apresenta uma releitura da obra “Operários” (1933) de Tarsila do Amaral, com uma tematização palmeirense que visa destacar a composição plural – em âmbito étnico-racial, mas também de gênero e classe – da torcida alviverde (Zaramella, 2022: 156).

Em relação ao BTA, o coletivo já esteve presente (institucionalmente) em jogos de basquete do São Paulo e, também, em partidas do futebol feminino do clube. Em uma delas, organizou um ato em defesa da Rojava e contra os ataques da Turquia e o uso de armas químicas contra o Curdistão. Nele, a Ação Antifascista Brasil também se fez presente, estendendo uma bandeira nas arquibancadas do Morumbi.

Aqui, vale destacar que, cada vez mais, os CATs – especialmente, aqueles mais associados as pautas de “reconhecimento” – têm frequentado os jogos do futebol feminino com faixas, bandeiras e outros materiais. É possível aventar algumas hipóteses para essa frequência (além, evidentemente, do desejo de torcer para o clube do coração): primeira, a fiscalização e a repressão policial são menores, o que permite a entrada de materiais “políticos”. Segunda, a ausência das organizadas em vários jogos abre uma lacuna na festa torcedora e, portanto, a possibilidade de promovê-la. Terceira, ela também cria um ambiente menos hostil para tais coletivos, permitindo que exibam seus materiais – especialmente, aqueles de exaltação e orgulho da comunidade LGBTQIA+ – sem correrem riscos de agressão. E quarta, dada a pouca importância atribuída ao futebol feminino pelas autoridades públicas, pela mídia esportiva e pelos dirigentes esportivos em geral – refletida, por exemplo, na destinação de

verbas irrisórias para a modalidade (menos de 1% dos orçamentos dos clubes) –, ir a essas partidas converteu-se, para os CATs, em uma forma de afrontar essa situação, isto é, converteu-se em um ato de resistência à dominação masculina no futebol.

De qualquer modo, seja qual for a razão para a frequência dos CATs nas partidas do futebol feminino, o fato é que a transformação das relações sociais nas arquibancadas de acordo com a modalidade (masculino ou feminino) é sugestiva de que, embora a arquitetura dos estádios produza discursos e relações de poder, eles só se transformam, efetivamente, em um lugar (ou em um território) “[...] à medida que se constitui como uma construção do espaço, ao mesmo tempo simbólica e concreta, que remete a um sistema de valores, hierarquia e poder” (Campos, 2014: 352). Em outras palavras, embora a configuração arquitetônica dos estádios de futebol não seja, de modo algum, neutra, ela é permanentemente (res)significada pelo público, recebendo múltiplos usos e apropriações. Por essa razão, estádios edificadas a partir de ingredientes ideológicos autoritários e/ou fascistas – como o Pacaembu – podem perder sua função original – de controle e disciplinarização dos corpos, com vistas à “regeneração” e “aperfeiçoamento” da raça – e tornar-se um lugar de manifestação da cultura popular: híbrida, mestiça e, sob certos aspectos, contestatória. Um lugar que, por essa razão mesma, merece, na perspectiva dos integrantes dos coletivos pesquisados, ser preservado e ter sua memória celebrada, não podendo, portanto, ser privatizado nem, muito menos, se converter em uma nova arena multiuso. Afinal, essa conversão pode trazer implicações profundas para a composição social dos seus frequentadores e para os modos de torcer.

Por último, é importante destacar que se, nos estádios, os coletivos pesquisados não formam, necessariamente, um bloco compactado, padronizado e homogêneo, como ocorre com as torcidas organizadas, nas manifestações de rua, seus integrantes andam juntos e demarcam território com faixas e bandeiras. As referidas torcidas, por sua vez, apenas ocasionalmente participam desse tipo de manifestação, principalmente quando não é diretamente relacionada ao futebol. E, mesmo quando participam, buscam, muitas vezes, se desvincularem institucionalmente, como ocorreu em 2020. Diante disso, é possível afirmar que, se os integrantes dos referidos coletivos tendem a atuar como torcedores “avulsos” nos estádios (principalmente, nos jogos do futebol masculino), os das organizadas tendem a atuar como ativistas “avulsos” nas manifestações de rua – o que parece corroborar com a hipótese de que a questão política se sobrepõe a futebolística no contexto pesquisado (Lopes; Hollanda, 2018).

Conclusões

Neste artigo, busquei mostrar como três CATs de São Paulo se apropriam das ruas e dos estádios da cidade para realizarem protestos e manifestações, conferindo-lhes novos usos e sentidos. Seguindo as reflexões de John B. Thompson (2000), considero, até certo ponto, ser possível distinguir os significados das mensagens transmitidas por determinado coletivo de ativistas, por um lado, e o significado da atividade de se reunirem e se organizarem coletivamente, por outro. No caso dos coletivos pesquisados, participar de protestos, realizar oficinas, organizar reuniões

etc. são atividades que representam maneiras de fazer política e, também, oportunidades de encontrar e conversar com amigos e pessoas queridas. Isso possibilita que seus integrantes possam se livrar, ainda que momentaneamente, das exigências impostas pelo mundo do trabalho e das opressões que o caracterizam. Ao mesmo tempo, permite-os estabelecer um campo de interações onde podem, de certa forma, preencher suas próprias necessidades afetivas. Visto sob essa ótica, o ativismo de tais coletivos constitui uma forma de resistência a um cotidiano opressor.

Além disso, ele representa uma forma distinta de ocupar o espaço urbano, na medida em que é realizado coletivamente em locais públicos. Em uma cidade fortemente desigual e segregada como São Paulo, onde a população – especialmente a elite e a classe-média – circula em locais privados (*shopping centers*, restaurantes, clubes, academias de ginástica, condomínios etc.), a apropriação coletiva dos espaços públicos não deixa de possuir um caráter crítico, que faculta vislumbrar formas mais democráticas de ocupar e de utilizar a cidade, que não neutralizem as relações sociais, mas as potencializem. Vale recordar, aqui, que os espaços onde são habitualmente realizados os protestos – como a Avenida Paulista – são, cotidianamente, ocupados por milhares de pessoas, que formam multidões, mas que, com frequência, seguem sós. Nesse contexto, o outro, não raro, representa o perigo e, por conseguinte, passa a ser evitado. No entanto, quando os coletivos tomam esses espaços, eles tendem a adquirir um novo significado. Afinal, nesses momentos, a solidariedade costuma brotar das fissuras abertas pela força dos encontros e a solidão tende a esmorecer.

É importante sublinhar também que, em uma cidade cada vez mais governada pelos interesses de empresas privadas, que (re)desenham seus espaços para que o capital possa se valorizar e se multiplicar, a realização de manifestações de cunho político representa uma contraposição à privatização desses espaços, além de uma forma de abri-los para outros signos que não apenas os do consumo. Ademais, essas manifestações são formas de desbloquear o antagonismo e de retirar da penumbra o conflito político. Afinal, revestido com a imagem da violência, do terrorismo e da ameaça, este é habitualmente relegado a um lugar de sombras (Blanc, 2004).

Para finalizar, vale salientar que a constituição dos coletivos pesquisados permite não só interligar pessoas insatisfeitas com uma série de processos e situações e, com isso, fortalecer a sua luta política – afinal, ainda que a resistência possa ser realizada individualmente, é difícil vislumbrar o sucesso de uma luta política sem algum tipo de unidade e coordenação –, mas, também, contribuir para a democratização da vida cotidiana dessas pessoas. Devido à estrutura horizontal de tais coletivos, seus integrantes possuem a oportunidade de participar de seus processos decisórios e essa oportunidade pode ser muito valiosa. Afinal, ela tende a fortalecer suas habilidades retóricas e sua capacidade de negociação e de desenvolver o raciocínio crítico. Habilidades e capacidades indispensáveis para o exercício da cidadania.

Referências bibliográficas

- Blanc, E. (2004). Barcelona 2004: el fascismo postmoderno. *Athenea Digital*. 5, pp. 1-30.
- Bourdieu, P. (2019). *Questões de sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- Bray, M. (2017). *Antifa: el manual antifascista*. Madrid: Capitán Swing.
- Campos, F. (2014). Arquiteturas da exclusão: Apontamentos para a inquietação com o conforto. En F. Campos & D. Alfonsi (Eds.). *Futebol objeto das ciências humana*. (pp. 349-364). São Paulo: Leya.
- Damatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- Gaskell, G. (2004) Entrevistas individuais e grupais. En M. Bauer & G. W. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2003). *As representações do eu na vida cotidiana*. 11 ed. Petrópolis: Vozes.
- Hollanda, B. B. B. (2009). *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Jásper, J. (2016). *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: EDUSC.
- Laplantine, F. (2005). *Aprender a antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- Lopes, F. T. P. (2021). Corpo, cultura e esporte: raízes históricas e filosóficas da concepção sociocultural de corpo e sua relevância para a compreensão das práticas dos torcedores organizados de futebol. *Arquivos em Movimento*. 17, pp. 136-149.
- Lopes, F. T. P. (2019). *Violência no futebol: ideologia na construção de um problema social*. Curitiba: CRV.
- Lopes, F. T. P.; Hollanda, B. B. B. (2018). "Ódio eterno ao futebol moderno": poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios de São Paulo. *Tempo*. 24(2), pp. 207-232. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2018v240202>
- Mascarenhas, G. (2014). *Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: Eduerj.

- Rojo, L. M. (2016). Occupy: la dinámica espacial del discurso en los movimientos globales de protesta. *Discurso & Sociedad*. 10(4) pp. 610-639.
- Thompson, J. B. (2000). *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4 ed. Petrópolis: Vozes.
- Thompson, J. B. (1998). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 8 ed. Petrópolis: Vozes.
- Totten, M. (2015). Sport activism and political praxis within Sankt Pauli fan subculture. *Soccer & Society*. 16(4), pp. 453-468. <https://doi.org/10.1080/14660970.2014.882828>
- Zaramella, M. (2022). *No gramado em que a luta o aguarda: antifascismo e a disputa pela democracia no Palmeiras*. São Paulo: Autonomia Literária.